

# UM OBSERVATÓRIO PARA O HISTORIADOR: ENTRE A FICÇÃO E A AÇÃO POLÍTICA, A ESCRITA QUE SIGNIFICA O TEMPO

JOSÉ CARLOS SANTOS\*

---

## RESUMO

A modernidade é um lugar privilegiado para compreender algumas tessituras. Lugar da disciplina, das narrativas, dentre outras formas, foram enclausuradas em modelos científicos, fazendo da noção de tempo um ferramenta de edificação. O resultado de processos passados por estes crivos foram utilizados como meios de construções dos enunciados modernos. A historiografia foi um destes resultados; este texto propõe fazer um caminho inverso: localizar no tempo e espaço um *observatório* a partir do qual as sentenças são emitidas. Francisco Adolfo Varnhagen, Romário Martins, Celso Furtado, Fernando Azevedo, Paulo Prado dentre outros, são as fontes desta reflexão sobre utopia e realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** semântica; imaginário; historiografia.

## ABSTRACT

*Modernity is a privileged place to understand some organizations. Place of disciplinal, the narratives, between other forms, were cloistered in scientific models, making the notion of time a tool for construction. The result of processes which passed through this sieve was used like the middle of construction for the modern statements. The historiography was one of these results; this paper propose make a reverse way: find in time and space a observatory from which the sentences are sent. Francisco Adolfo Varnhagen, Romário Martins, Celso Furtado, Fernando Azevedo, Paulo Prado, among others, are the source of this reflection about utopia and reality.*

**KEYWORDS:** semantics; imaginary; historiography.

---

## Introdução

É oportuno discutir o tema identidade nacional, embora seja um velho tema. Mormente este aspecto de *cheiro do tempo*, ironicamente nos defrontamos com ele, projetando o *Eu* com relação a um *Outro*. Pode ser dito, também, que é um tema da pós-modernidade ou da globalização, da destruição das fronteiras modernas.<sup>1</sup> É oportuno, porque alguns temas nos fazem pensar no capital cultural, construído nos interstícios do Estado Nação. Quando, noutra dia, vivenciamos a pandemia da gripe A, curiosamente foram as identidades nacionais postas em prova. De um lado, os discursos diziam que pertencia ao México – e neste momento devíamos rememorar o *lugar* daquele Estado na comunidade das Nações e vivenciar o significado construído sobre o *ser* mexicano. Por outro, quem primeiro, contestou indicando o acusado foi também um Estado. Este teve a sua áurea resplandecida na mesma comunidade. Se a pandemia ocorresse um século atrás, como ocorreu a homônima Gripe Espanhola, lembraríamos das etnias e da miscigenação. Ou seja, de metáforas que, organizadas como utopias – *itinerários ideográficos* – organizaram ações políticas criadoras do Estado Nação.

Evocar este tema da Gripe A também é oportuno, porque pode ser feito um inquérito sobre os arquivos, as fontes materiais, além das simbólicas, e suas devidas formas de tratamento. Um inquérito pode ser construído sobre os acervos da memória bem como os significados representacionais – os sentidos, os deslocamentos, as construções – de unidades discursivas. A estatística, o tratamento, o vírus, a mutação, as unidades de saúde, o corpo clínico, a disseminação, os cuidados, as pesquisas, o comércio de medicamento, a suspensão das aulas.

O objetivo deste artigo não é discutir a Gripe, mas os itinerários discursivos de constituição de identidades individuais e coletivas. Discursos que se solidificaram num modelo administrativo/normativo que, no seu extremo edificou o Estado Nação, mas que nos interstícios criou práticas

disciplinares – ciência, tecnologia, epistemologias – que, em um movimento simbiótico, fizesse uma troca com ambientes institucionalizados e institucionalizantes edificando aquilo que será conhecido como *moderno*.

Nesta troca de saberes, as metáforas como itinerários ideográficos conduzem a imaginação social<sup>2</sup> e solidificam-se em unidades materiais às vezes mais ou menos fugazes. Tal é o caso da historiografia. É um texto escrito. Mas não é somente um texto porque se projeta numa unidade discursiva para seguir um itinerário de seu signatário. Ele tem pretensões políticas além de somente informativo. É, portanto, simbiótico: fala sobre o político ao mesmo tempo em que fala à partir dele. Identifica e é identificável. Também a gripe A: ela denuncia uma história; se esconde em um imaginário.

Essa trilha do pensamento por entre um modelo temporal – o Estado – será demonstrado neste ensaio, mediante o uso de fontes historiográficas de pensadores da brasilidade ou da regionalidade do Brasil. Termos estes, aliás, carregados de historicidade.

### **Do espírito à forma – o relato historiográfico**

Os relatos de *começos* servem para perceber o deslocamento entre o tempo arqueológico, que fornece as fontes, e o observatório, que serve ao historiador. Uma fonte situa-se na fronteira de duas noções de temporalidade. Ela “liga” a vida e a morte. Esta relação não é uma simples presentificação do passado, mas uma ultrapassagem deste tempo. Por esta razão, também, não é fruto da imaginação fantasiosa, mas é um diálogo com uma ausência. Evocando o historiador Romário Martins narrando as imagens de “sertão”, por exemplo, percebe-se que a utiliza dentro de um estratagema bem particular. Ele – o sertão – “é o lugar de floresta distante de povoação civilizada.” Ao mencionar “povoação” e “civilizada”, ele remete a pensar a partir de uma marca cultural do tempo presente: o civilizado, do qual se distancia aquilo que não é civilizado, ou seja, a floresta. E, no momento em que evoca esta imagem, ele coloca o leitor num movimento de deslocamento

entre um aqui e um acolá – um algo existencial e um outro imaginado. Ainda que abstrata, a expressão lança a navegar de um ponto de partida a outro, até que se perca no horizonte, mas que, enfim, cria uma noção de espacialidade. Mais que isso: esta espacialidade é também um acervo de memória. Não se trata apenas de uma noção de territorialidade geográfica, mas sobretudo cultural. *Sertão, mata*, se por um lado pode estar carregado de romantismo, também significa atraso, ameaça, descontrole. Esta é a metáfora do tempo do signatário Romário Martins.

Outras fontes, além das historiográficas podem *dizer* o espaço. Poderíamos utilizar grande variedade de possibilidades para adentrarmos num sentido identitário: a pintura, as lendas, os contos e prosas, a escultura, a arquitetura, os acordos e os tratados, as formas de governo e a produção científica. Além destas – que representam a memória recolhida em *museus do saber*,<sup>3</sup> há as táticas cotidianas que colocam o corpo em movimento neste mesmo espaço. Estes corpos fazem usos dos recursos simbólicos emanados dos museus. Convivem com eles, criando outros recursos simbólicos. Como afirmou Boaventura,

sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentidos, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso”.<sup>4</sup>

O diálogo é permanente por entre museus e táticas cotidianas. Este é que define as negociações da polissemia. Mesmo havendo uma distinção entre um saber estético e as táticas cotidianas, existe uma solidez que as faz existir, pois, se há distâncias quanto à finalidade, existe aproximação quanto aos objetivos práticos, porque ambos se oferecem como direções. Enunciam com setas que indicam deslocamentos para o corpo; ora enunciados de forma

político/jurídica, ora sapiente: filosófico/científico, ou simplesmente, *cotidiano*.

A produção historiográfica é um *museu do saber*. Ela aspira a uma unidade estética, cuja finalidade é dispor uma aparência e um reconhecimento dos objetos com os quais as várias especialidades se envolvem. É tipo itinerário ideográfico porque é perceptível as marcas do signatário e ao mesmo tempo os sinais de ultrapassagem. É espaço onde mora a utopia, a metáfora que sedimenta imaginação e transformação. Lá, onde aquilo que não é, toma a primeira forma. Este procedimento, não se pode dizer, é exclusivo do historiador. Os conhecimentos cartográficos, sociológicos, médicos, jurídicos são especialidades, que também resultam de uma operacionalidade que permite perceber o trabalho de uma tessitura entre o local – uma ocupação política – e uma teoria – a elevação identitária. Desta maneira, quando o historiador paranaense Romário Martins, por exemplo, afirmava que “*o vocábulo sertão designa lugar de floresta distante de povoação civilizada, habitada ou não. Quando habitada, sua população é, em regra, representativa dos primeiros aborígenes do país e, em parte, mestiça de cruzamento com o branco e, em pequeno número, com preto*”,<sup>5</sup> ele recorria a uma velha tradição de contar o local a partir de premissas gerais, fazendo deste procedimento um *modo* do ofício de historiar. A rigor, as imagens de “sertão”, “civilização” e “cruzamento” foram utilizadas não só para pensar a história regional. Elas estão presentes nas produções sobre o Brasil como um todo e sobre a América e, pode ser dito, são metáforas que organizam o pensamento do global. Como uma espécie de “imagens ilustradas”, elas *cozem*, pela narrativa, o fragmento e o geral, o local e o global. Por isso, são recorrentes quando *fazem sentido*. No caso da Gripe A, as velhas metáforas se levantaram do cemitério.

Esta tessitura, visível em Martins – e que tem um nível político e outro utópico –, tem como objetivo isolar, analisar, ajustar e encaixar conteúdos concretos. Como sugere Michel Foucault, ela é a marca da similitude, uma vez que “o mundo é encoberto por signos que é preciso decifrar e estes signos, que revelam semelhanças e afinidades, não passam, eles próprios, de

formas da similitude. Conhecer será, pois, interpretar: ir da marca visível ao que se diz através dela e, sem ela, permanecerá palavra muda, adormecida nas coisas.”<sup>6</sup> Através de Martins, falam as imagens por meio de um sentido próprio. Ele é o autor que pratica a tessitura, ou seja, dá sentido às “coisas mudas”. Neste seu ato, não é possível deduzir algo absolutamente novo. Sem dúvida, estão presentes a criatividade e o ineditismo de tratamento. Mas, sobretudo, por este motivo, trata-se de um diálogo com a cultura da qual ele é partícipe. Por esta razão, os enunciados são, em si, formas de similitude. Sendo Martins um sujeito territorializado, negocia com os recursos simbólicos dentro de uma polissemia do próprio discurso (Boaventura).

Podemos afirmar que um saber classificado é uma forma de *dizer* o espaço. Esta afirmativa é possível na medida em que o ofício de historiador tem uma história. Ele é dito através de um observatório, porque, como disse Certeau,

a produção historiográfica tem um lugar econômico, político, cultural, uma profissão, um posto de observação, uma categoria de letrados. É em função deste lugar que se instauram os métodos, a topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhe serão propostas, se organizam”.<sup>7</sup>

Dentre estas várias formas possíveis de conhecimento sobre o espaço, o historiográfico demonstra melhor a relação entre “palavras e coisas”. Num primeiro momento, porque, a exemplo de outros conhecimentos de propensão científica, ele pratica a similitude. Num segundo, porque o trabalho de historiador ocupa-se fundamentalmente com as origens. Esta é uma prática museográfica.

O uso que Martins faz das três imagens é muito particular à medida que elas servem para descrever um mito de origem para um território, para fronteiras e para um povo. É este o seu observatório. Enquanto especialista, produz um mito de identidade. E, assim procedendo, o pensamento se insere na ordem do político, sem perder o sentido de ciência, porque fala nele a similitude. O historiador emerge para além do singular e dilui-se num *todo*. Ele é um homem da ciência e da política. Não se trata de uma oposição, mas de um situar-se entre a compreensão dos signos e a compreensão de si. Na sua

narrativa, e na historiografia como um todo, estão presentes os elementos da imaginação e do esforço da ultrapassagem. Uma forma de pensar o ordenamento a partir de imagens puras. Ou seja, congelar o tempo real, transfigurá-lo num formato mais adequado. Prática de cientista. Jeitos de fazer típicos da própria história do pensamento: as marcas da similitude. Sua biografia atesta o seu status. Imortalizado como *paranista* é lhe atribuída a criação de leis, regimentos, instituições. *Paranismo* foi pensado também como *ideologia* ou *corrente de pensamento* que criou itinerários sendo, ali mesma um itinerário. Foram seguidores que investiram na intervenção. A extensa produção bibliográfica foi seu grande legado. Ela *realmente* criou um *paranismo*. Outras fontes como legislações voltadas para o criação de *sistemas de ensino*, também deixaram indelévels marcas. Caso da proposta de ensino, elaborada em 1895, que permaneceu em vigor até 1901 quando, então, foi elevado a “*Regulamento da Instrução Pública do Estado*”. Nesta forma *museográfica* teve-se o paranismo ou as identidades polissêmicas: ensino de Historia da Província no 1º. Grau e de Historia Pátria no 2º. Grau. Em 1903, com a criação do *Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná*, ocorreram algumas alterações nas matérias, com a inclusão de um “Programa” *a ser trabalhado durante o ano letivo*. Esse roteiro, com a indicação de conteúdos, tornou-se a grande inovação do regimento: disciplinou a criação de um *Programa: Programa das Escolas Primarias*. Neste, tornava obrigatório o ensino de conteúdos identificados com a matriz ideográfica:

História Pátria – (...) Organização da Província, depois Estado do Paraná.

História do Brazil – (...) Historia do Estado do Paraná, seu mecanismo governamental e sua Constituição Política”.<sup>8</sup>

### **Mitologia jurídica da modernidade**

Os jeitos de fazer são polissêmicos, como afirmou Boaventura. Eles têm tempo e espaço. Por isso mesmo, servem de itinerários (Certeau). No tempo de Romário Martins, está sendo pensado o Estado Nação e a

identidade nacional. Por isso, o paranismo só pode ser visto dentro deste itinerário do local, mas como resultante de uma fusão de horizontes (Gadamer) que é o diálogo com o global da *mathesis* da ciência e a governabilidade do político. Neste aspecto, enquanto signatário, ele negocia com um *nacional* que é a identidade do Brasil.

O paranismo foi uma forma de pensar politicamente os temas do território, da fronteira e da nação. São estes os elementos fundamentais de seu observatório, que envolve metáforas e utopias de um lado; de outro, faz parte de uma natureza presente. São estes objetos reais que se prestam a obstáculos à sua ciência e tecnologia. O *Programa para as Escolas Públicas*, as normas, os projetos, as instituições criadas por sua sugestão, irão se confrontar com problemas existenciais. A historiografia deixa então, seu lugar de pura especulação para assumir formas visíveis como dispositivos que disparam ações múltiplas. São, portanto, dispositivos de controle que, se não desejam de imediato um controle na forma definida pelos juristas, desejam o controle de um corpo metafórico, o corpo do saber.

A invenção de sistemas de controle fez parte de uma “governamentalidade”, segundo Michel Foucault. O crescimento populacional, a definição das fronteiras, a ocupação e o desenvolvimento econômico foi o foco do investimento de um imaginário *panóptico* e ações políticas que naturalizaram a modernidade. Estes objetos epistêmicos sofreram o crivo descritivo, normatizador de um olhar clínico que se distanciava do modelo eclesiástico e se “laicizava” em forma de direito, ciências humanas e hierarquia burocrática.

A invenção da modernidade foi a ascensão da sociedade burocrática. O contrato social como princípio racionalizador de ações políticas foi possível, porque já havia uma *episteme* em andamento e do qual o direito foi a grande arma de distanciamento do absolutismo e a estrutura do centralismo estatal. Modernidade vai ter este espírito renascentista e romântico: edificar um saber livre do monocrático; em oposição a este o democrático. A imaginação social fala de democrático: o mito do fortalecimento da sociedade contra o absolutismo. Os regionalismos, as elites locais rimam

com liberdade. A ciência também não devia ser especulativa. O demonstrativo e o geométrico pululam o imaginário da ciência. Este foi um itinerário – uma *metáfora* no sentido grego: um veículo – que direcionou ações políticas e científicas.

É oportuno lembrar que autores pós-modernos identificam, hoje, como extremo este *jus puniendi* – direito de punir – centrado na vontade estatal. Contudo, a modernidade teve este traço fundamental do imaginário: afastar a especulação, o metafísico e focar na racionalidade visível, descritiva, geométrica. É importante ressaltar a afirmação que Hagnes Heller fez recentemente em visita ao Brasil:

assumo a tarefa de falar da crise da civilização hoje. A descrição do tópico já sugere um questionamento. (...) Os fenômenos que vou discutir sob o título preliminar de ‘crise global’ não são sintomas de uma enfermidade que possa ser remediada, pois pertencem ao *modus operandi* do próprio mundo moderno. Não se trata de problemas que poderiam ser resolvidos se aplicássemos os melhores métodos ou se os abordássemos com boa vontade, com mais ciência ou mesmo com mais democracia”.<sup>9</sup>

Alerta a autora para os itinerários conduintes da energia dos modernos: a pós-modernidade tem seus problemas específicos e que aquela utensilagem mental já não consegue responder.

Mesmo na área jurídica – onde houve uma generosa edificação e autonomia do discurso próprio, como disse Bourdieu<sup>10</sup> – já há uma predisposição à reavaliação destes parâmetros do pensamento técnico e centrado na pessoa do Estado. Na escola italiana, Paolo Grossi é um destes representantes. Em *Mitológicas Jurídicas da Modernidade*, afirma: “urge recuperar a juridicidade além do Estado e além do poder”. Na interpretação do autor, a disciplinarização social da modernidade fundamentou-se no mito da juridicidade do Estado e da ciência como fundamento de um saber global. Critica o erro do imaginário moderno: a centralização administrativo-jurídica. Neste sentido, afirmou na mesma obra que:

os nossos antepassados o pensaram (o Direito) no Estado e para o Estado, mas com isso, submeteram a um empobrecimento radical. Em relação à globalidade do social, o Estado, como aparelho, como indispensável aparelho de poder, constitui-se em uma cristalização

desse. (...) Foi uma operação geométrica de extrema simplificação, particularmente grave no mundo dos sujeitos, já reduzido a um palco de pessoas publicas e privadas.<sup>11</sup>

De forma bastante clara, mesmo como beneficiário deste saber – pois fala a partir de um observatório específico (a ciência jurídica) – fala da incapacidade de soluções contemporâneas da vida cotidiana sofridas pela ação jurisdicional do Estado.

O olhar de Grossi se estende para além do próprio campo do saber jurídico, admitindo que neste houve traços de um imaginário social que delimitou a ação da própria criação. Alude o autor ao fato inegável da existência de um braço científico deste imaginário em forma de mitologia:

(...) a engenhosidade e o esmero da paisagem também se revelavam na sua harmonia de construção geométrica, onde tudo aparece exato e preciso contido, como é, no rigor de linhas, ângulos, círculos. O problema fundamental e indissolúvel é o fato de não se discorrer sobre figuras abstratas, mas sobre criações e criaturas históricas incontáveis no rigor de um teorema. E, trata-se de um verdadeiro teorema político-jurídico.<sup>12</sup>

Assim, a imaginação social povoava, domesticando a distribuição de saberes; o direito obedecia os cânones desta mitologia jurídica. Mas também um hábito de produzir outros saberes.

Se considerarmos que este imaginário da modernidade significou intervenções fundadoras dos comportamentos visíveis nos séculos vindouros, parece ter razão Lucien Febvre quando afirmou que “*a história humana pode ser vista como uma progressiva apropriação da superfície terrestre pelos diferentes grupos sociais*”.<sup>13</sup> Enfim, um trabalho de (re)significação dos elementos naturais e a organização de extrativismos para visibilizar uma economia. Caso explícito da produção historiográfica sobre os regionalismos do Brasil. Neste sonho profundo, embalou-se toda a produção de Romário Martins: tessituras entre o local e a metáfora; a nação e a floresta, a identidade e o indivíduo.

Modernidade trará então esta entonização. Hierarquia, poder central, economia, população. Sofremos ainda a existência desta esteticidade; sente-se ainda o hálito quente dos clássicos, embora, como explícito

acima, sejam parâmetros cujos significados perderam muito do seu sentido. Lembranças que estão no corpo – só para não esquecermos de Freud – e que afinal, como disse Bourdieu, a naturalização da natureza através de um trabalho de simbolização atingiu o seu auge no momento em que a interiorização dos signos passaram a fazer parte da natureza humana. Não se trata mais de falarmos do panóptico como modelo conceitual e atemorizador; trata-se de olharmos o mundo através do próprio olho do poder. A moral do moderno “como névoa que cobre os olhos” proposta por Nietzsche.

Esta sociedade moderna produz um conceito carregado de historicidade: desenvolvimento. Os clássicos do contrato social ainda do século XVI pensavam o absolutismo como a criação de regras do controle da economia e do comportamento social. A modernidade fará deste pressuposto sua grande mitologia panóptica. Desenvolvimento será a engenharia da percepção e do controle social. De um lado, um saber epistemológico que produzirá o convencimento a partir da produção racional como primado na lógica formal, fundindo método e resultado como uma *máthesis*<sup>14</sup> da ação política e jurídica voltada ao patrimonialismo do Estado e da sociedade. Em corolário com esta, a construção de ordens institucionais que garantiriam o crivo do corpo indócil mediante a pena, a correção, a disciplina do trabalho, a moral.

Os observatórios são pontos fulcrais para compreender e dizer este mundo. A historiografia é um desses pontos fundadores. Neste aspecto, magistral foi a narrativa do historiador do Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen. Na sua monumental obra de *História do Brasil*, alguns destes pontos ficaram visíveis ao mencionar os domínios do Estado português na então colônia:

(...) mais tarde a denominação de Brasil veio a fazer-se extensiva ao conjunto de todas as colônias portuguesas neste continente, as quais, emancipando, vieram a constituir o atual império brasílico, hoje em dia um dos Estados de maior extensão no globo, de cuja superfície terrestre abrange proximamente a décima quinta parte. (...) sendo assim, a que melhor se presta a ligar entre si todo o sistema de comunicações fluviais do império, e a que a própria natureza está indicando como a mais adequada para constituir o grande e poderoso núcleo da futura união, segurança e independência do Estado,

oferecendo para o estabelecimento de uma grande capital quer o chapadão do Urucuia, quer o de Santa Maria”.<sup>15</sup>

O itinerário dos modernos é aqui a grande metáfora. Ela transita de um continente a outro, criando *formas*, incorporando-as. Nesta imaginação, Estado e monarquia trocam de significado, um ocupando o lugar do outro; um território de mesopotamos logo adquire *territorialidade* no sentido moderno: *núcleo futuro*. A narrativa abrevia as diferenças entre portugueses e tupiniquins. “Poderoso núcleo”: *segurança, independência, controle*. Seguramente, não está se referindo à mitologia jurídica da modernidade nos cânones weberianos. Então, não está falando da autonomia do Estado em relação à monarquia; mas pode estar falando por Maquiavel, cujo *O Príncipe* se aproximou mais do seu observatório contemporâneo. Contudo, é ainda significativa a forma com que “assenta” sua metáfora: no objeto territorialidade. Embora nos escritos de Varnhagen fique mais explícito aquele traço do elemento cultural português descrito por Sergio Buarque de Holanda como de “coletor” e não de “lavrador”, não há dúvidas que a formação do Estado nacional, neste momento, passa pelo imaginário da territorialidade do Brasil: conhecer os rios, contornar seu traçados, descrever as fronteiras, construir povoações. Possivelmente o *Uti possidetis*<sup>16</sup> seja um horizonte de pensamento (Gadamer) que funda a imaginação social da escrita da colonização portuguesa delineada pelo autor e por muitos outros escritores dessa época. A instituição que cristaliza esta imaginação – e contemporiza, criva no corpo – foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.<sup>17</sup> Muito se falou sobre os projeto de modernidade criado a partir do IHGB.<sup>18</sup>

Esta ordem de conhecimento que emana do mito da juridicidade tem sua maior expressão na emancipação de poder político, mas não somente. A grande *máthesis* que foca as ações de governabilidade é a cientificidade. São os tempos do higienismo, da miscigenação, da formação do caráter nacional. Neste período, a ciência como história natural, domina os círculos da inteligência nacional. A descrição destes círculos acadêmicos foi magistralmente descrito por Schwarcz.<sup>19</sup>

Seguindo o fio de tessitura de Varnhagen, houve a composição de uma cultura nacional. Ela emerge dentre viagens, viajantes, museus e sociedades científicas, miscigenações, imigrações. Verdadeiras ferramentas do saber por entre estratégias e táticas. Nelas também desenvolveu-se um espírito de independência que, em alguns casos, beirou uma espécie de sentimento anti-lusitano. Tal similitude foi uma das marcas da *máthesis* da produção de Silvio Romero, dentre outros. Em 1881 ele afirmava com veemência:

As raízes destes desarranjos pasmosos vão perder-se no solo empedernido dos tempos coloniais. O Império continua, sob um falso constitucionalismo, o velho absolutismo, e a antiga miopia da metrópole. Que os norte-americanos continuem a trilhar as sendas da inteligência inglesa, é coisa que deve ser aplaudida, porque a Inglaterra pensa; que o Brasil continue a copiar Portugal, é uma triste herança da história, que todo bom patriota deve modificar e corrigir. O sistema colonial continua e a velha metrópole tem hoje os proventos, sem os encargos, de sua feitoria.<sup>20</sup>

Triste herança. Este é o reclamo de Romero no seu *História da Literatura Brasileira* e que tanto marcou as gerações futuras. Suas influências foram visíveis naqueles que pensavam a constituição da identidade do Brasil através de uma homogeneidade do pensamento. E livre de influências ibéricas. Uma profícua metáfora que demarca o “fim” da “era dos museus” e institui uma outra: a da institucionalização do ensino superior no país criou um itinerário com visíveis rastros na cultura desta época e, inclusive, nos espaços do regional. Efeito cascata, nesta matriz embalou-se uma história do ensino superior no Paraná.<sup>21</sup> São clássicos os escritos de Rocha Pombo,<sup>22</sup> além de Romero. O marco do desenvolvimento nacional estava no advento das universidades, local do início da homogeneidade brasileira. Roquete Pinto, navegando neste mesmo imaginário, ousou afirmar que a educação superaria as desigualdades raciais e regionais no país. Schwartzman cita o relato do médico e jornalista Francisco Gama-Rosa, em 1879 que é bastante significativo:

A ideia de uma instituição de alto ensino, abrangendo todos os ramos da nossa instrução superior, perdesse no olvido da Constituição. Impelindo mais além a pesquisa, chegaremos até a célula primitiva, incubada no seio ideal da Inconfidência. (...) *A projetada universidade*

*contando a inapreciável vantagem de surgir nos tempos atuais, desembaraçadas de tradições rotineiras, repelindo a imitação do que já lamentavelmente existe em outros países, terá inevitavelmente de inspirar-se nos sistemas novos da educação científica.*<sup>23</sup>

Moderna: científica. Eis a metáfora tomando forma. Esta matriz de pensamento destilada por Romero e outros de sua geração, está presente nos escritos de Fernando de Azevedo, então mais próximo da criação das Universidades no Brasil.<sup>24</sup>

Azevedo<sup>25</sup> investigou o que nominou de as causas do atraso cultural do Brasil, em duas obras clássicas: *A Cultura Brasileira*, de 1943 e *As Ciências no Brasil*, de 1955. Para, ele a razão da ausência de um ambiente em que predominassem o verdadeiro método científico estava no fato do Brasil ter sido colonizado por Portugal, país que junto com a Espanha, ficou resguardado do espírito crítico, de observação e de experimentação que se espalhava pelo restante da Europa nos séculos XVI e XVII. A experiência colonial não se adequava com a *máthesis* dos novos tempos. Estiveram eivadas de fantástico e abstrações: “de quase nada adiantaria para vida intelectual brasileira a existência de universidades na colônia, uma vez que estas teriam incorporado o inexorável caráter ibérico, apegado à religião e avesso ao pensamento metódico e à reflexão”.

A *máthesis* do autor identifica elementos forjadores como maus elementos ou resistências de traços impedidores da modernidade. Na sua narrativa, o caráter religioso era demasiado “tomista” porque privilegiava as disciplinas como Teologia, Direito, Letras e Artes; primava por conciliar o aristotelismo com o cristianismo, dando pouca atenção às *ciências da natureza*. Segundo ele, “este espírito ibérico perdurou no Brasil mesmo após a independência”. Fernando Azevedo interpretava esta conjuntura como um dos principais motivos do amor à retórica e à eloquência dos intelectuais brasileiros. Uma estranho e inútil “(...) gosto da retórica e da erudição livresca, a superficialidade mal dissimulada na pompa verbal, a unilateralidade de visão e o diletantismo que leva o indivíduo a passear por todas as questões sem se aprofundar em nenhuma delas.”<sup>26</sup>

Na sua proposta de *cientista*, o fim da Monarquia e as primeiras décadas da República produziram poucas transformações porque “o peso da tradição imperial ainda estava presente”. No ambiente intelectual dos anos de 1930, em que o autor circulava, acreditava-se que só uma revolução cortaria os vínculos com esta tradição. Alguns anos antes, Paulo Prado<sup>27</sup>, por exemplo, já anunciava este discurso propondo uma revolução que teria um caráter mais moral do que propriamente político. Seria uma forma de acordar o país que “dorme o seu sono colonial”. A revolução romperia com a tristeza atávica que nos prende a um “passado alienígena” e que nos distancia do que realmente somos.

Autores de grande expressão, inclusive na academia contemporânea, se tornaram notáveis por se embalarem neste mesmo horizonte mental. Estes traços são veementes em Sérgio Buarque de Holanda.<sup>28</sup> Para ele, modernização foi discutida à moda romariana do discurso bipolar do litoral ao sertão. Buarque via no processo de urbanização e modernização o “remédio” para este nosso “mal de origem”. A urbanidade traria o abandono definitivo dos traços do coletivismo que marcou o modo de ser e, portanto, dos traços culturais dos primeiros colonizadores. Por outro lado, os povos lavradores deveriam trazer industrialismo porque não eram nômades, eram *fundadores*. Está nascendo, neste imaginário, o *desenvolvimentismo*, a partir de um discurso de ciência, de tecnologia de educação e do urbanismo. Grandes campanhas serão organizadas como verdadeiras cruzadas de erradicação. Ora na educação,<sup>29</sup> ora na saúde pública.<sup>30</sup> Como maestro da sinfonia, o Estado Moderno, com toda sua pompa imagética jurisdicionalizante.

É neste mesmo sentido que Fernando de Azevedo poderia bem incorporar aquele modelo empreendedor descrito por Gramsci em *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* – o intelectual orgânico. De fato foi um mentor; de fato teve espaço para a ação. Nos seus discursos, ciência e educação eram os incontestáveis caminhos para o desenvolvimento nacional. Encontrava na expansão da indústria e do comércio o caminho para a revolução intelectual que iria se materializar com o início das universidades

nos anos de 1930. Ele se referia a esta época como a inauguração “de inquietação intelectual, de penetração, difusão e organização do pensamento científico, com que se abrem à cultura no país novas direções e as mais amplas perspectivas”.

O projeto de uma instância de ensino superior que incentivasse sistematicamente os estudos científicos no Brasil já estava sendo gestado desde o século XIX. Roque Maciel de Barros<sup>31</sup> mostra que a criação da USP em 1934 concretizou as esperanças da geração de 1870, que via na fundação de uma universidade moderna uma forma de ultrapassar o legado ibérico e abrir caminho para se colocar o país em seu lugar de direito, ou seja, *o futuro*.

### **O mito do desenvolvimento do Brasil de Celso Furtado**

Essas metáforas do pensamento moderno submergem em vários momentos e autores da modernidade do Brasil. Além de alguns já descritos, cabe ressaltar a particularidade das expressões de Celso Furtado. De um lado, devido à sua experiência individual, única, e profundamente marcada pelo pós-guerra. Além do mais, furtado teve oportunidades de participar de períodos importantes da história administrativa do Brasil, fosse como membro do Estado, fosse no exílio. Poucos conseguiram reunir uma experiência tão extremada quanto ele.

O pensamento de Celso Furtado veio de uma época em que os economistas se preocupavam com o crescimento econômico e pleno emprego, objetivos que a regulação econômica e, portanto, o Estado, tinham um papel determinante na sua conquista. Mais ainda: Celso Furtado é elemento de uma matriz discursiva que pregava uma “revolução” – não somente numa questão do mando político – que unia uma reflexão epistemológica não centralizada em São Paulo ou Rio de Janeiro, como tradicionalmente a *máthesis* foi regionalizada, mas disseminada para outros cantos do país e, neste caso específico, para o nordeste brasileiro. Pensou uma relação econômica que interagisse entre campo e cidade, urbano e rural.

À moda francesa da época, epistemologicamente, criou uma aproximação entre economia e história: “Nenhuma fatalidade respondia pelo atraso do nosso país. Devíamos procurar suas causas na História” (Ibid.,70-71). Fala da história como acontecimento cotidiano; mas fala também de uma história do pensamento, demonstrando as matrizes formadoras:

Se pretendêssemos sintetizar a contribuição das três correntes do pensamento referidas para o advento de um começo de pensamento econômico autônomo e criador, no mundo subdesenvolvido, diríamos que o marxismo fomentou a atitude crítica e inconformista, a Economia clássica serviu para impor a disciplina metodológica, sem a qual logo se descamba para o dogmatismo, e a eclosão keynesiana favoreceu melhor compreensão do papel do Estado no plano econômico, abrindo novas perspectivas no processo de reforma social.<sup>32</sup>

Magistral inconformismo e esplêndida rememoração da mitologia jurídica da modernidade. O Estado como fomentador, sujeito histórico por excelência. Mas não é qualquer Estado; é o Estado da justiça social; Estado transformador dadas as características culturais do colonialismo. Mas esta história seria mudada pela economia. Ou pelos economistas, alavancados pelo Estado gestor keynesiano.

Celso Furtado “aloujou-se” na Fundação Getúlio Vargas e por anos dirigiu a revista *Conjuntura Econômica*. Permaneceu por oito anos na CEPAL, onde teve contatos com Raúl Prebisch, que iria marcar profundamente a sua carreira política e de economista.

Prebisch distanciou-se radicalmente das concepções sobre desenvolvimento hegemônicas entre os economistas latino-americanos que, em geral, repetiam as velhas metáforas liberais apreendidas nas universidades anglo-saxãs antes da guerra. Como afirmou Celso Furtado, estas mentalidades “contribuíam para perpetuar as velhas estruturas agroexportadoras”. Segundo Raúl, estes velhos esquemas mentais “eram incapazes de ir além das vantagens comparativas, a teoria secular elaborada no século XIX pelo economista inglês David Ricardo”. Afirmava ser inadequado ao desenvolvimento regional porque “este sistema foi defendido como um sistema de trocas internacionais em que todos (países

industrializados e países de economia agrícola) tinham a ganhar mantendo suas posições no mercado mundial. Ambos os grupos de países manteriam suas posições comprando e fornecendo produtos industrializados e agrícolas. Este seria um discurso de manutenção das diferenças históricas. Do primeiro para o terceiro mundo. Definitivamente, na sua imaginação social (BACZCO), não caberia este discurso.

Na formação discursiva furtadiana, as matrizes eram *revolucionarias* para a realidade brasileira. A começar pela mais importante, nesse caso a projeção keynesiana, cuja contribuição decisiva foi ressaltar o papel do Estado na regulação econômica – elemento central da estratégia de desenvolvimento furtadiana. Quanto ao marxismo, ressalta a sua postura crítica e o seu historicismo calcado nas experiências sociais.

É destas matrizes que cunha os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento – centro e periferia; América Latina e Europa; campo e cidade. O Estado como o propulsor injetaria energia na sociedade. Historicamente, desenvolvia a crítica ao modelo colonizador. Como utopista, preconizava um estado racional determinado pela sua própria capacidade em criar economias regionais e nacional, de produzir, acumular e aplicar novos conhecimentos técnico-científicos. Este foco é claro:

os países desenvolvidos o são porque conseguiram acumular capitais, que permitiram investir na ampliação e reprodução desses capitais, no emprego da força de trabalho, o que gerou mais mercado, e permitiu, por fim, manter esse ciclo pelo aprimoramento técnico, que não se dá, pelo menos desde fins do século XIX, sem investimentos em novos conhecimentos, portanto, em Ciência e Tecnologia.

Na sua matriz, o caminho dos subdesenvolvidos foi percorrido ao inverso, ou seja, não conseguem acumular capitais na economia nacional suficientes que permitam investir na ampliação destes, gerando “desperdício” de força de trabalho, ou seja, maiores excedentes de população sem emprego e, portanto, sem renda, limitando a expansão do mercado interno e não permitindo a continuação desse ciclo reprodutivo em um nível que possibilite o seu desenvolvimento. Ele concluiria na obra de 1961: “o resultado é que não é possível investir em novas tecnologias de produção e

*apenas importar as de segunda geração, mantendo sempre um fosso de produtividade entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos*”.<sup>33</sup> De um lado, raízes históricas; de outro, a incompetência do próprio Estado enquanto aparelho administrativo. Ambos, frutos de uma mentalidade atrasada. Aqui a história encontra a economia. E a educação reaparece como o *fio de ariadne* de uma tessitura capaz de modernizar o país.

Desse argumento, a necessidade de intervenção histórica (ou política). Isso deveria ocorrer porque o subdesenvolvimento resulta não somente de um mero atraso das estruturas econômicas e sociais de um país, mas sobretudo, da reprodução de estruturas arcaicas, não em oposição, mas em articulação com a própria expansão do centro mundial capitalista, a metáfora da bipolaridade centro periferia. A expansão internacional sobre os mercados nacionais dos países subdesenvolvidos não reproduz modernização e homogeneização, mas estruturas híbridas e heterogêneas. Aqui fala o historiador. Lecionava que era fundamental ao economista, antes de falar de economia, conhecer a história que, segundo essa sua matriz, era o subdesenvolvimento calcado na experiência histórica local. O autor em *Retrato Intelectual*, afirmou:

na sociedade estratificada e parada no tempo em que vivia, a ideia de que as formas sociais são históricas, portanto, podem ser superadas, permitia ver o mundo com outros olhos. Essa ideia, ligada à do conhecimento como arma do progresso, que vinha do positivismo, compôs no meu espírito uma certa visão do homem em face da história. Essa ideia permitia superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo, e ao mesmo tempo desembocava sobre uma responsabilidade moral.

Um tipo de empreendedorismo seria fundamental para rupturas históricas: “tanto no semi-árido como nas terras úmidas do litoral; priorizar a industrialização, “única forma de absorver a mão-de-obra atualmente subempregada” e “introduzir nas classes dirigentes locais empresários de espírito empreendedor, capazes de neutralizar a influência da oligarquia””.<sup>34</sup>

Celso Furtado foi um *Cruzado* defensor da ofensividade racional do Estado. Teve oportunidade de participar do governo por varias ocasiões, inclusive do pós-governo militar, na condição de Ministro da Cultura no

governo de José Sarney. Uma mentalidade forjada entre as utopias do desenvolvimento, fundada em matrizes discursivas identificadas pelo próprio autor. Um modo típico de pensar a modernidade política mais apropriada para o Brasil. Seu *observatório* foi o próprio governo. Suas ferramentas, a utopia do progresso científico.

### **Um todo e suas partes**

Tomadas as devidas precauções quanto à distância temporal e geográfica, podemos colocar, lado a lado, o pensamento romariano, furtadiano e de Fernando Azevedo. Respeitadas as diferenças, há uma similaridade de pensamento quando feita uma visão panorâmica. Há uma fusão de horizontes.

As narrativas, como tessitura do moderno, foram feitas a partir de observatórios bem visíveis historicamente. No caso do Paraná, O Museu Paranaense e o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense fizeram frente a essa investida e, não menos importante, também tiveram relevância o Círculo de Estudos Bandeirantes e a Academia de Letras do Paraná. Ícones com “os sertanistas”, índios guaranis, hordas, famílias, espécies, imigrantes, branco, negro, foram ganhando sentidos explícitos numa narrativa acolhedora da *sciencia*, tecnologia e gestão política do governo.

Na escrita local deste período, ser paulista era o símbolo da ancestralidade portuguesa no Brasil. O efeito de sentido é fundamental para as narrativas, porque remete à imagem fundadora de civilidade.<sup>35</sup> Contudo, não se pode deixar de entender a expressão de um pensamento local. Na narrativa sobre a fundação da Vila de Paranaguá, ele é categórico em atribuir o pioneirismo da fundação a quem residia nos “arredores” ou que se envolveria com edificações na terra. Em *Terra e Gente do Paraná*, ele discute se teria sido Diogo de Unhate, escrivão paulista, o fundador de Paranaguá que, em 1614,

alegando sua participação na pelêja, requereu e lhe foi concedida uma data de sesmaria de terras na parte que se chama Paranaguá, começando na barra do rio Ararapira cortando a rumo de nordeste pela

costa até a barra de Superaguí, cortando a rumo de sudoeste toda a terra que houver dentro dêstes dois rios e duas léguas pelo mato dentro, estendendo-se esta data desde a ponta do Iguacetuba, correndo ao norte até dar no primeiro rio grande.<sup>36</sup>

Um conhecido trajeto indígena nascia no litoral catarinense, atravessava o atual território do Estado na transversal até o Rio Paraná, no Oeste, e perdia-se no Peru. Era o Peabiru. Este caminho figura como um mito geográfico da territorialidade do Estado. Para ele, no entanto, não foi Dom Álvaro Nunes Cabeza de Vaca, adelantado paraguaio, o pioneiro no uso do Peabiru. Foram os membros da expedição de Pedro Annes que, a mando de Martim Afonso de Souza, “subiu o rio de Iguape, voltando em companhia de Francisco de Chaves, do bacharel de Cananeia, Duarte Pires e de 5 castelhanos degredados *deixados por frotas portuguesas*”, eles que informaram haver ouro. Martim Afonso, então, em função destas informações, teria organizado uma expedição”. Martins afirmou que:

D. Álvaro Nunes Cabeza de Vaca que em 1541 partiu da costa de S. Catharina em direção ao Paraguay com numerosa gente em armas recolhe entre os índios habitantes do Iguazu a tradição desse desastre e a registrou assim o cronista da expedição: - ‘quando nos aproximamos deste rio, soubemos, por informação dos índios, que o mesmo se lança no Paraná, também chamado rio da Prata, e que nas margens destes dous cursos d’gua os indígenas tinham morto os portugueses mandados por Martim Affonso de Souza para descobrir este país.’<sup>37</sup>

As narrativas sobre este caminho prescrevem um saber de ancestralidade sobre a tipificação do corpo em formação. É uma forma de remontar à brasilidade indígena e à mestiçagem paulista que, à medida que branqueava o corpo, demarcava a territorialidade do Brasil. No caso particular do Paraná, os “caminhos históricos” resolviam dois problemas fundamentais. O primeiro deles consistia em garantir o Rio Paraná como o limite fronteiriço, ao extremo oeste, dos domínios portugueses. O segundo, ao afirmar os caminhos, como Rocha Pombo e como muitos outros historiadores fizeram, criou-se um mito de fundação geográfica para pensar a espacialidade e a ocupação populacional. Pode-se dizer que, na ponta do lápis, criava-se, também, um deslocamento da soberania territorial sobre um

espaço que, pelo menos até o Tratado de Santo Idelfonso, era legalmente de domínio espanhol.

Este era o segundo objetivo: nacionalizar um espaço de soberania desde o litoral até os sertões “mesopotânicos”, ou seja, sobre os vales dos três grandes rios: o Ivaí, o Piquiri e o Paraná. Assim, enquanto os caminhos fossem ascendendo como fontes de escrita da história, a presença espanhola seria caracterizada como *posterior* aos caminhos, logo os “brasíncolas” garantiriam a soberania brasileira sobre a geografia.

O Peabiru é fundamental na narrativa de Romário. Ele o denomina de “caminho histórico”. Esta denominação é particularmente muito significativa, porque, na sua análise da espacialidade, ela remete a uma forma que lhe é peculiar de contar o tempo. A afirmativa coloca em evidência uma forma de operacionalidade do conhecimento historiográfico. A ambição do sertanista e os “sítios auríferos”, bem como a etnicidade e os lugares onde a história se desenrola não são invenção sua. Há um hábito instituído no jeito de historiar muito anterior a Alfredo Romário Martins e a sua *História do Paraná*, mas há uma singularidade que o faz ser único enquanto homem de ciência, porque viveu num período em que o “nome de uma disciplina enquanto operação científica confundia-se com a realidade que ela analisava”.<sup>38</sup>

A escrita da *História do Paraná* é uma fonte magistral neste aspecto porque faz transparecer uma tradição – que permeia a epistemologia das ciências –, ao mesmo tempo em que faz vislumbrar a descrição da territorialidade do Estado. É novamente o simbiótico: presente e passado envoltos em teorias criam formas únicas e duradouras – a intervenção política.

Não é somente isto. Se é possível ignorar que a ciência está no espaço, o mesmo não é possível dizer em relação ao uso que dela se possa fazer. Na produção historiográfica, a gestão do território é indissociável da produção da ciência. Assim, ao se interessar pela riqueza da terra, pela etnia e pelo desbravamento das matas, Romário não é somente singular; acima de tudo, produz um sentido para o próprio estar neste solo, criando uma perspectiva

de reversibilidade discursiva, em que o passado ganha ares do futuro, ao mesmo tempo querendo que o presente – lugar de todos os homens – tome outros formatos estéticos.

O observatório foi, principalmente, o Instituto. Criado por Romário Martins, em 1900, o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense foi centro fundamental para a prática constitutiva do conhecimento do corpo do Estado. Ele é de uma época em que a Universidade Federal, que passou a congregiar e reunir não somente historiadores e geógrafos, mas intelectuais de vários campos do saber, ainda não existia. Os Estatutos da entidade ainda apresentam as razões da sua criação, numa época em que a ciência estava por ser feita. A organicidade da instituição tem como ato fundador um programa geral, que não somente concretizava o conceito de grupo, mas, sobretudo, tinha como função criar a coesão científica, para creditar a aparência de credibilidade aos resultados.

Todos os sócios ficavam “unidos” por um programa a ser cumprido. Divididos em quatro pontos fundamentais, ele revelava a razão de ser de um instituto de pesquisas no início do século:

- a - Meio Físico e Vital. Observações e estudos sobre o território do Estado, extensão e limites; geografia, climatologia, orografia, hidrografia, problemas do litoral. Flora e fauna;
- b - Meio Econômico. Produção e consumo, exportação e importação. Agricultura e pecuária. Indústria extrativista. Melhoramento dos produtos. Seleção e defesas das sementes. Indústria fabril e manufatureira. Comércio e transporte. Viação;
- c - Meio Físico e Social. Pesquisa e estudos sobre a história política e social do Estado; sua evolução; história particular dos municípios; população. Socialização dos índios e caboclos;
- d - Meio Cívico e Moral. Estudo das fases históricas dos progressos morais e cívicos da sociedade paranaense. Comemorações das datas que assinalam os progressos do Brasil e do Paraná na política, nas ciências, nas artes e nas indústrias.<sup>39</sup>

Os quatro pontos em destaque, sobre os quais se consolida a prática institucional, podem ser entendidos como quatro pontos vitais, que demonstram a cumplicidade entre a metáfora da ciência e o “compromisso social” que a instituição chamava para si. Eles estão organizados de forma a

revelarem uma hierarquia entre si, iniciando pelo conhecimento do território. Este primeiro ponto sugere aos sócios que o território inicia pelo litoral: “problemas do litoral”. A razão científica colocava, então, um desafio a si própria, quando, para realizar a ciência, precisava desvendar o território.

O Museu Paranaense tinha esta função aglutinadora, anterior à fundação do instituto. Mais do que qualquer outra instituição, ele cumpria a função de “abrigar” os estudos antropológicos e etnográficos do Estado. Fundado em 1876, por Ermelino Agostinho de Leão, a “*vocação*” do museu foi definida como “*indagação a respeito de exemplares da nossa fauna, mineralogia e espécimes vários de archeologia indígena e de ethnologia brasileira de antiga idade histórica*”.<sup>40</sup> A razão motivadora, como predizia a metáfora do tempo, não era outra senão cuidar da história natural. Os maiores “restos” culturais armazenados, como era de se esperar, são de artefatos de pedra, classificados como pertencentes aos “*homens pré-históricos do Paraná e aos sambaquis que afloram em todo o litoral do Paraná*”.

Romário Martins assumiu a reorganização do Museu em 1903. As suas diretrizes ficaram registradas no primeiro boletim, de 1904:

seleccionado o material existente, dispostas com methodo as collecções, concluido um fatigante trabalho de classificação – o Museu Paranaense está hoje encarreirado, aproando certo para um ponto, distante embora, e que é a sua identificação com os congeneres no paiz. (...) durante o ano de 1903 foi de 9.600 o número de visitantes deste estabelecimento, e no actual exercício tende a cada mez augmentar. Segue-se dáhi a prova de utilidade prática do Museu, que está em condições de acessibilidade pública, pois fica núma das ruas centraes da cidade.<sup>41</sup>

Se o instituto tinha restrições quanto a trazer o público para seu interior, armando-se com uma série de requisitos instituídos através dos seus estatutos, o museu, pelo menos sob os auspícios de Romário, não demonstrava isto. Ele tinha o caráter da demonstração pública, o que denunciava uma vocação de acervamento e não de produção. Por este motivo, o destaque ao número de visitantes e a adequação de espaços para que esta ocorrência fosse realizada:

o pátio da secção zoológica viva tem hoje as necessárias proporções ao numero de exemplares que allí há, em jaulas e gaiolas confortáveis, e está todo ensaibrado e arborizado. Mandeí, durante o ano passado, encanar agua para essas jaulas e gaiolas, e no corrente exercício fiz já construir uma officina para o preparador com o material preciso para tal mister e também, anexo, um gabinete photographico. (...) na secção numismática estão todos os mostradores reparados ... e tethodisação perfeita.<sup>42</sup>

A maior aplicação das pesquisas se fez ao redor de um material que merece destaque especial ao arguto diretor: “*nas collecções de anthropologia e ethnologia concentro toda a minha attenção, no sentido de impulsional-as como convém e dar-lhes um outro relevo capaz de fazer sobre ellas girar o maior interesse do publico e dos estudiosos*”. A expressão “como convém” dispensa explicações. O interesse de massificação dos objetos de conhecimento é um desejo que, como ele próprio afirmou, “distante embora”, foi aos poucos atingindo os seus objetivos.

Houve outros círculos curitibanos que, a exemplo do Museu Paranaense e do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, foram fundamentais para pensar esta espacialidade, como o Círculo de Estudos Bandeirantes e a Academia de Letras do Paraná. O Círculo tem nascimento tardio em relação a estes outros. Afirma-se que surgiu em estado de oposição ao agnosticismo e ao liberalismo. Reunia pensadores católicos em torno da figura do padre Luiz Gonzaga Miéle, José Mansur Guérios e Bento Munhoz da Rocha Neto.

A Academia de Letras do Paraná, por sua vez, foi criada em 1912. Foi denominada de Centro de Letras do Paraná, inicialmente. As atividades se multiplicaram por dez anos com esta denominação. Em 1922, possivelmente no clima da *Semana da Arte Moderna*, no Clube Curitibano, por iniciativa atribuída a Romário Martins, Silveira Neto, Dantas Ribeiro, Paulo Assunção, Serafim França, Samuel César, Leônidas Loyola, Francisco Leite e Rocha Pombo, abandonou-se o cognome “centro”, passando para academia. Nela, alojaram-se valiosos nomes das letras paranaenses. Na primeira presidência, esteve à frente José Francisco da Rocha Pombo.

A história natural, contudo, fazia a ordem do dia. Se Rocha Pombo não dava importância à “larva de origem”, as pesquisas sobre a etnografia colocavam o assunto na primeira ordem. O Boletim do Museu Paranaense, de 1904, defendia a monogamia e, assim, alinhava as pesquisas sobre a origem do homem. Um texto de Romário Martins faz uma apologia inicial da origem do homem, basicamente tomando como fonte o “homem de Lagoa Santa”. Ele lamenta que

até hoje, porém, não investigamos si em nosso meio a quão longe se remonta nossa existência. E assim é que do vasto e importante problema da ethnologia brazílica só alcançamos o que os geólogos e archeólogos em villigiatura pelo nosso paiz tem accumulado nas revistas e nos museus científicos da Europa. No Paraná quem até agora se preocupou seriamente disso, reunindo materiais e os estudos scientificamente?<sup>43</sup>

A indagação remete a pensar na disciplina que se faz em duas ordens: a necessidade de constituir um saber científico sobre a origem do homem paranaense, a etnografia, e sobre o pesquisador, ou seja, a junção de sujeito, técnicas e objetos. Ambos estão envolvidos em dizer os segredos do corpo, porque, como disse, “*carecemos, pois, de cuidar com interesse e caráter científicos, dos estudos que nos deverão desvendar e explicar a nossa gênese de povo, desenvolvendo o conhecimento da anthropologia e da linguística, archivando e fazendo estudar por competentes os objetos fósseis*”.<sup>44</sup>

Revela-se aqui o homem com tendências ao “espírito universal”. Como disse Michel de Certeau,

a linguagem se objetiva, tornando-se um campo que se deve lavar e não mais decifrar, uma natureza desordenada que se há de cultivar. A ideologia dominante se muda em técnica, tendo por programa essencial fazer uma linguagem e não mais tê-la. A própria linguagem deve ser agora fabricada, ‘escrita’. Construir uma ciência e construir uma língua é o mesmo trabalho.<sup>45</sup>

Para a escrita local, a linguística e a antropologia são as “ciências” de ponta que surgem como saberes cujas especialidades “descobrem” o caráter de identidade e pertencimento dos indivíduos de uma nação. Estas são

inspirações da tradição alemã na historiografia brasileira. Martins não é o único. Trata-se de um hábito que veio desde os primeiros escritos sobre o Brasil, mas que, na virada do século, tinha um sentido bem específico. Em Capistrano, por exemplo, ficou visível ao extremo, quando deixou o projeto dos *Capítulos* para dedicar-se à linguística indígena. Esta discursividade fluiu através do Museu, do Instituto e da Academia de Letras do Paraná. Trabalho, aliás, iniciado por Von Martius e toda a tradição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A tendência é também força motriz das “pesquisas e arquivamento” sobre o corpo paranaense e seu espaço. Os restos arqueológicos, com esta coercitividade, são fundamentais. Os sambaquis do Paraná são fontes visitadas e exploradas em busca de respostas, do litoral para o interior. Assim, a construção de pesquisas obedecia a uma prática de espaço. Elas partiam do litoral para o interior. Dizia-se que “*na costa do estado do Paraná encontram-se sambaquis de inestimável valor, como o do Goulart, os Casqueiros de Antoninenses e o grande e importante sambaqui na Ilha Guamiranga, em Antonina, todos dignos de sérios estudos e investigações*”.

No ano de 1904, uma lei de autoria do próprio Romário criou possibilidades maiores de arquivamento e constituição da memória “científica” do Estado. A lei obrigava os comissários de medição de terras a remeterem ao Museu os materiais etnológicos e amostras de minerais que encontrassem. Dizia o primeiro artigo: “os comissários de medição de terras são obrigados a enviar ao Museu do Estado os artefactos da primitiva arte indígena, objetos fósseis e amostra de minerais em suas explorações”.<sup>46</sup> A soberania começa a tomar forma em torno do direito, ou, pelo menos, da legislação.

Esta prática discursiva também está no discurso oficial do Estado. Ele aparece como o maior suporte da modernidade. É uma condição para o aparecimento na cena discursiva desta identidade imaginada. O relatório de governo, de 1918, dizia que, desde os “açorianos de 1816, os alemães de 1827, os franceses em 1847, os suíços e os italianos em 1852, os ingleses e norte-americanos em 1860, os polacos em 1871, os suecos e irlandeses em

1876 – a onda immigrantista de lavradores foi fechando os campos de Curitiba num círculo de labor productivo”. A força enunciativa das palavras é colocada uma ao lado da outra, como se fosse realmente substituta dos indivíduos descritos. Na força enunciativa, *palavras* não têm conflitos. A representação parece seguir uma lógica perfeita, com meio, começo e fim. Nela, a obra parece única e os indivíduos, em suas unidades, dissolvidos e empenhados numa ação conjunta, fechando os campos, isto é, garantindo o desvendamento do espaço.

As raças “colaboradoras” estão cumprindo um papel essencial no ato narrativo: “*elas vieram como factoras de progresso incessante, e para a nacionalidade o cadinho onde se fundirão as soluções ethnicas do seu passado histórico*”.<sup>47</sup> Do ponto de vista da administração, está presente uma perspectiva de solução. A heterogeneidade de corpos, no fim, resultaria num corpo só. No Paraná, fundir-se-ia, com este homem novo, o passado do tapera e o industrioso europeu. Assim, ocorria uma espécie de reencontro entre o passado das tradições portuguesas – a rigor, também europeias – e o presente dos novos imigrantes. É este o sentido da nova colonização, alardeado pelas ciências deste tempo.

Também pela oficialidade, Alcidez Munhoz, diretor de Fazenda e Agricultura, ao preparar a sua *Publicação Oficial para a Grande Feira Annual do Districto Federal*, em 1918, divulgou que

Curitiba é uma capital constituída por 20 cidades, afora o núcleo central de sua formação e, por conseguinte, a força vital de sua expansão, hade nella produzir a eclosão de uma metrópole formidável – formidável pelo trabalho maravilhoso das raças advindas e succedidas no labor da vida por esse sub-tipo já exurgente que della traz a belleza e a força, o claro espírito e a alma generosa.<sup>48</sup>

Os traços estóicos estão presentes, bem como a expectativa de superação da caboclice: eles lembram bem mais o homem cordial de Paulo Prado.

## Conclusão

A prática da escrita regional seguiu os vetores da prática bandeirante. Ela iniciou no litoral e deslocou-se para o sertão. À medida que o conhecimento foi ganhando a forma de números, mapas, dissertações, disputas diplomáticas, acordos, lendas indígenas, etc., o desconhecido tornou-se representável. O ocidente deixou de ser suscetível às invasões estrangeiras que representavam um foco de ameaça à soberania do Estado e da nação brasileira. Contudo, somente em fins dos anos 40 é que as iniciativas políticas decididamente confrontaram-se com o vazio demográfico, instituindo a ação da iniciativa privada e oficial para o assentamento de colonos.

A mudança de postura parece que foi impulsionada ainda mais, não somente devido às iniciativas oficiais do governo de Getúlio Vargas, que agilizou a cruzada contra os ditos sertões brasileiros, mas, sobretudo, pelo término da Segunda Guerra Mundial, que colocou em cena um Estado conhecedor de si próprio, do seu território e da sua jurisdição política. Houve um visível amadurecimento no que tange à organização econômica e institucional da governabilidade estatal, denunciando que a “crise de identidade”, que causou o questionamento das identidades nacionais das nações, quando do início da Primeira Guerra, saiu agora, da Segunda, com instituições mais sólidas.

Esta solidez, no entanto, não tem origem na “conjuntura” internacional. São óbvias as suas influências, seja via uma matriz *histórica* ou uma outra *econômica*. Contudo, o amadurecimento foi o resultado de uma operação de conhecimento sobre o espaço em questão, fundamental para a realização do Estado-Nação. Foi esta operação que, ao mesmo tempo em que tornava evidente os desejos dos contornos daquilo que não existia, formava realmente algo desconhecido, transformava pela ação aquilo que na metáfora era pululante. O resultado era um contorno visível do Estado, da garantia e segurança dos seus domínios territoriais e, juridicamente, a criação de um

espaço de exercício da sua soberania. Esta foi a grande investida do imaginário de Celso Furtado. Com elas, o Brasil e o Paraná entrariam no rol das nações modernas emancipadas.

Para que estes resultados fossem atingidos, houve práticas de conhecimento que pensaram a constituição do espaço em objeto. Instituições constituídas neste período são as provas da irrupção e da permanência de campos de saber e disciplina institucional.<sup>49</sup> Esta clivagem constitutiva é uma forma de desvendar o presente. É neste clima que Romário Martins, por exemplo, estava revisando a sua obra e organizava uma grande produção sobre Literatura, História, Geografia e Sociologia do Paraná. Mas desse mesmo observatório, escreveram Celso Furtado, Azevedo, Paulo Prado, Vanhargen, dentre outros.

Foi a era dos museus; foram praticas *museográficas*. *Máthesis* que dependiam de impulsos, regionalizações. Os signos do moderno unia os homens da ciência. Era uma elite que ousara usufruir de representações que criam as formas e os contornos, tornando familiar uma identidade do Estado recém-nascido, com toda a pomposidade de Moderno.

## NOTAS

\* Doutor pela Universidade Federal do Paraná. Docente da Graduação e Pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pesquisador da Fundação Araucária. jcarlos@rondotec.com.br

<sup>1</sup> DREIFUSS, René Armand. *Época das Perplexidades*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

<sup>2</sup> Uso este termo para remeter a ação de apropriação dos sujeitos na ordem social à moda que a definiu BACZKO, (...) a informação estimula a imaginação social, e os imaginários estimulam a informação contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente ativa através da qual exerce o poder simbólico. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem (trad. port) Vila da Maia, Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, v.5, p. 314.

<sup>3</sup> Uso este termo com duplo sentido, mas convergentes. Museus significa a materialidade – a instituição museu; mas significa também seu homônimo: o

simbólico, o valor da memória; aquilo que determinou aqueles utensílios como significativos.

<sup>4</sup> Pela Mão de Alice. P 135

<sup>5</sup> MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Editora Guaíra, 1899. p. 311.

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 48.

<sup>7</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

<sup>8</sup> PARANÁ. Leis e Regulamentos do Estado do Paraná de 1895 – 1896. Curitiba: Atelier Novo-Mundo, 1897, p. 274, 275.

<sup>9</sup> HELLER, Agnes. Uma Crise Global da Civilização: os desafios futuros. In: *A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

<sup>10</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. tradução Fernando Tomaz 2.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998.

<sup>11</sup> GROSSI, Paolo. *Mitologias Jurídicas da Modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

<sup>12</sup> *Idem* p. 61

<sup>13</sup> Não se trata de uma citação *ipsis literis*, mas uma interpretação do pensamento de Febvre. Pode ser lido em *La Tierra y la Evolución Humana*. Editora Cervantes: Barcelona, 1925.

<sup>14</sup> *Máthesis* significa aquisição de aprendizagem e provém do verbo *mathein* ou *mathánein* que quer dizer aprender. Termo com a mesma raiz é *máthema* que significa tudo que é objeto de aprendizagem. Platão considera que a ideia de bem é o “maior máthema” (República, VI 505a). No século XVIII, Kant reduziu o uso dessa palavra para significar as proposições da matemática que são obtidas por meio da construção de conceitos (Crítica da razão pura, II cap. I, seção I). Segundo Nicola Abagnano (Dicionário de Filosofia), o termo moderno que mais se aproxima do uso clássico de *máthesis* é a palavra Disciplina que significa ciência enquanto se aprende ou se ensina.

<sup>15</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. Vol 1. 10ª. Edição. Melhoramentos, 1978.

<sup>16</sup> *Uti Possidetis* ou *uti possidetis iuris* é um princípio de direito internacional segundo o qual os beligerantes em um conflito conservam sua posse no final das hostilidades. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuías, assim possuas". Proveniente do direito romano, o princípio autoriza uma parte a contestar e reivindicar um território adquirido pela guerra. O termo foi utilizado historicamente para legitimar as conquistas territoriais, como no caso da anexação da Alsácia-Lorena pelo Império Alemão, em 1871. No período dos grandes descobrimentos, este princípio era o fundador do imaginário dos Estados territoriais.

<sup>17</sup> De mãe portuguesa (Maria Flávia de Sá Magalhães) e pai alemão (Ludwig Wilhelm Varnhagen, um engenheiro militar) estudou no Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa, e iniciou a carreira militar à época das Guerras Liberais.

Escreveu *Notícia do Brasil*, seu primeiro trabalho de história, entre 1835 e 1838. Formou-se como engenheiro militar em 1839, na Real Academia de Fortificação. Retornou ao Brasil em 1840, entrando para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1841, exercendo o cargo de primeiro-secretário. Em 1844 obteve a nacionalidade brasileira, podendo ser admitido na carreira diplomática. Serviu na legação de Lisboa e na de Madrid, obtendo reconhecimento como historiador com a publicação da *História Geral do Brasil* em dois volumes (1854-1857). Foi destacado para o Paraguai (1858), tendo servido ainda na Venezuela, em Nova Granada (atual Colômbia), no Equador, no Chile, no Peru e nos Países Baixos.

Recebeu em 1872 o título de Barão de Porto Seguro, sendo elevado a visconde 2 anos mais tarde. Encerrou a sua carreira como representante diplomático em Viena, na Áustria, onde faleceu em 1878, aos 62 anos.

<sup>18</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1979. Importante artigo foi publicado por Moema de Rezende Vergara sob o título de *Ciência e Modernidade no Brasil: a Constituição de duas Vertentes Historiográficas da Ciência no Século XX*, veiculado pela Revista da SBHC, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-31, jan./ jun. 2004. Ver também em SANTOS, J. C. *Praticantes da Escrita e Construtores do Espaço: narrativas sobre o homem e o território paranaense, nas décadas de 1930 e 1940*. (Tese de Doutorado) Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2002.

<sup>19</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças - Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870 – 1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

<sup>20</sup> ROMERO, Silvio. *Introdução à história da literatura brasileira*. Revista Brasileira, t. 8, p.290,1881.

<sup>21</sup> RISTOW, Márcia Regina. *Saber Médico e Populações nas Práticas de Saúde Pública no Paraná, nas décadas de 30 e 40*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2002.

<sup>22</sup> José Francisco da Rocha Pombo nasceu em Morretes, no Paraná em 4 de dezembro de 1857 e faleceu no Rio de Janeiro, 26 de junho de 1933. Foi reconhecido como jornalista, professor, historiador, político e escritor brasileiro. Rememorado com destaque na galeria dos grandes homens do Estado. Foi um ardoroso abolicionista e republicano. Tendo fundado na província natal um jornal para divulga-las. Eleito deputado, transfere-se para a Corte, onde logo habilita-se para lecionar no Colégio Pedro II e na Escola Normal. Tentou, no Paraná, criar uma universidade, sem sucesso. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>23</sup> Citado por VERGARA, *op. cit.*

<sup>24</sup> Estudo mais aprofundado está em SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

<sup>25</sup> Homem de obra grandiosa, falta espaço para citar seus feitos. É importante aqui algumas relacionadas ao tema: Foi, aos 22 anos, professor substituto de latim e psicologia no Ginásio do Estado em Belo Horizonte; de latim e literatura na Escola Normal de São Paulo; de sociologia educacional no

Instituto de Educação da Universidade de São Paulo; catedrático do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Professor emérito da referida faculdade da USP. Foi Diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-30); Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933); Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo (1941-42); Membro do Conselho Universitário por mais de doze anos, desde a fundação da Universidade de São Paulo; Secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947); Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, que ele instalou e organizou (1956-61); Secretário de Educação e Cultura no governo do prefeito Prestes Maia (1961); redator e crítico literário de O Estado de S. Paulo (1923-26), jornal em que organizou e dirigiu, em 1926, dois inquéritos um sobre a arquitetura colonial, e outro sobre Educação Pública em São Paulo, abordando os problemas fundamentais do ensino de todos os graus e tipos, e iniciando uma campanha por uma nova política de educação e pela criação de universidades no Brasil. No Distrito Federal (1926-30), projetou, defendeu e realizou uma reforma de ensino das mais radicais que se empreenderam no país. Em 1933, quando Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, promoveu reformas, consubstanciadas no Código de Educação.

<sup>26</sup> AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Brasília: UnB, 1963.

<sup>27</sup> PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>28</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971. p. 108.

<sup>29</sup> Ver em HERSCHAMNN, Micael M e MESSEDER PEREIRA, Carlos Alberto. *A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994 e GONDRA, José. *Artes de Civilizar. Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerje, 2004.

<sup>30</sup> Ver IYDA, Massako. *Cem Anos de Saúde Pública. A cidadania negada*. São Paulo: Unesp, 1994.

<sup>31</sup> BARROS, Roque Maciel de. *A Ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: Convívio : EDUSP, 1986.

<sup>32</sup> FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed.Fundo de Cultura, 1961.

<sup>33</sup> *idem* p. 110

<sup>34</sup> Na fase de governo militar no Brasil, Celso Furtado, cassado e exilado, dedica-se à vida acadêmica. Atua como professor em universidades como Yale (EUA, 1964-65), Sorbonne (França, 1965-85), American University (EUA, 1972), Cambridge (Inglaterra, 1973- 74), Columbia (EUA, 1976-77). Findo o regime, em 1985 assume a embaixada do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia (1985-86); em 1986 é nomeado Ministro da Cultura do Governo Sarney (1986-88), sendo esta a sua última experiência administrativa.

- <sup>35</sup> É oportuno lembrar a abrangente pesquisa feita por Arruda sobre a memória, escrita e narrada, sobre a antítese cidades e sertões, cuja pesquisa utilizou fontes do Norte do Paraná e Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a História e a Memória*. (Tese de Doutorado) São Paulo: Unesp, 1997.
- <sup>36</sup> MARTINS, Alfredo Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1944.
- <sup>37</sup> *id. ibid.*
- <sup>38</sup> CERTEAU, Michel de. *op cit.*
- <sup>39</sup> *Id., ibid..*
- <sup>40</sup> BOLETIM DO MUSEU PARANAENSE. Curytiba, jun. 1904.
- <sup>41</sup> *Id., ibid..*
- <sup>42</sup> *Id., ibid.*
- <sup>43</sup> MARTINS. *Os Sambaquys, op. cit., p. 7.*
- <sup>44</sup> *Id., ibid.*
- <sup>45</sup> CERTEAU, Michel de. Economia Escriturística. In: \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano : artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 230. Os destaques são do autor.
- <sup>46</sup> FONTE: Museu Paranaense.
- <sup>47</sup> Relatório de Governo, 1918. FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.
- <sup>48</sup> MUNHOZ, Alcidez. *Observações Geraes sobre o Estado do Paraná*: publicação oficial para a Grande Feira Annual do Districto Federal. Curitiba: Governo do Paraná, 1918.
- <sup>49</sup> Queremos remeter o leitor a páginas atrás, quando ressaltamos a importância das instituições na produção da representação de região, bem como a sua cumplicidade com outros campos e técnicas de saber.